

A seca de 1888/1889 e seus efeitos na província do Piauí representada no periódico *A Imprensa*

Marcus Pierre de Carvalho Baptista¹
Francisco de Assis de Sousa Nascimento²
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista³

Resumo: No século XIX, em seu último quarto, regiões brasileiras sofriam com as condições adversas do ambiente, no caso, a seca, estando a província do Piauí inserida neste contexto. Dentre os diversos períodos de severa estiagem este artigo enfoca a seca de 1888/1889 com o objetivo de apresentar as consequências desta condição na província piauiense. A partir de pesquisa bibliográfica, especialmente em Domingos Netos e Borges (1987), Albuquerque Júnior (2001) e Cândido (2014) e documental hemerográfica, por meio do periódico *A Imprensa*, pôde-se identificar que a seca impôs a população da província situações negativas como: morte do gado, das plantações, aumento de preço de alimentos e, notadamente, a migração de pessoas de províncias próximas, acarretando outros problemas. Além disso, o governo provincial na época, em face a cobranças da imprensa e da população, buscou minimizar a situação calamitosa da província através da criação de Comissões de Socorros e auxílios denominados Socorros Públicos para as localidades mais atingidas pelo flagelo.

Palavras-chave: Seca de 1888/1889. *A Imprensa*. Comissão de Socorros. Socorros Públicos.

Abstract: In the nineteenth century, in its last quarter, Brazilian regions suffered from adverse environmental conditions, in this case, a drought, being the province of Piauí inserted in this context. Among the several periods of severe drought this article focuses on the drought of 1888/1889 with the objective of presenting the consequences of this condition in the province of Piauí. From bibliographical research, especially in Domingos Netos and Borges (1987), Albuquerque Júnior (2001) and Cândido (2014) and hemerographic documentary, through the journal *A Imprensa*, it was possible to identify that the drought imposed to the provincial population negative situations such as: death of cattle, crops, food price rises and, notably, the migration of people from nearby provinces, causing other problems. In addition, the provincial government at the time, in the face of press and population demands, sought to minimize the calamitous situation of the province through the creation of Relief Commissions and aid called Public Aid to the worst hit localities.

Keywords: Drought of 1888/1889. *A Imprensa*. Relief Committee. Public Aid.

¹ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2019). Atualmente é professor substituto do Curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Integra o Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí – NEZCPI (UESPI) e o grupo de pesquisa: História Política, Teatro e Música (UFPI). E-mail: <marcus_pierre@hotmail.com>.

² Professor Associado II da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Pós-doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (2014). Líder do Grupo de Pesquisa "História Política, Teatro e Música" (UFPI). E-mail: <franciscoufpi@gmail.com>.

³ Professora Adjunto III do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI Pós-Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI (2019). Líder do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado Piauí – NEZCPI / UESPI, desde sua criação em 2010. E-mail: <baptistaeli@gmail.com>.

The 1888/1889 drought and its effects on the province of Piauí through the periodical *A Imprensa*

Considerações Iniciais

Os anos de 1888 e 1889 marcaram um período singular na História do Brasil. Referem-se aos momentos finais do Império Brasileiro e do reinado de Dom Pedro II. Ao tempo em que a Monarquia vivenciou seus últimos momentos, balizados pela “[...] erradicação da escravidão, pelo surgimento dos militares como ator político e pelo crescimento do movimento republicano [...]” (CARVALHO, 2012, p.117), as províncias do Norte novamente⁴ enfrentaram uma situação calamitosa: a seca.

A seca de 1888/1889, tal qual, sua antecessora em 1877 – 1879 atingiu boa parte das províncias do Norte e gerou efeitos distintos nesta região, desde a migração⁵ de populações que buscavam escapar da intempérie, principalmente cearenses, sendo que em “[...] 1889 uma nova contagem de retirantes acusaria a saída de mais 14 mil pessoas em menos de um ano.” (CÂNDIDO, 2014, p.95), como também o esgotamento de recursos naturais e víveres em regiões mais afetadas pelo flagelo.

No caso do Piauí, especificamente, seus efeitos foram sentidos de Norte a Sul⁶. Conforme Baptista, Nascimento e Baptista (2018, p.274) a seca de 1888/1889 “[...] atingiu praticamente toda a área geográfica correspondente a província do Piauí neste fim de século [...]”, sendo possível encontrar referências a esta no tocante a morte das plantações e de gado, além da presença de migrantes e também das ações tomadas pela província para buscar

⁴ De acordo com Domingos Netos e Borges (1987) a seca de 1877 é a primeira grande calamidade social relacionada a este fenômeno que se tem conhecimento nas províncias setentrionais do norte. Além disso, segundo Albuquerque Júnior (2001) a região que hoje compreendemos enquanto “Nordeste” refere-se a uma invenção produzida a partir de textos e imagens que buscavam representar esta seca. Para o autor a seca de 1877 foi uma das grandes responsáveis por delimitar este problema enquanto sendo um dos mais relevantes da região e é este aspecto que vai atrair o olhar da imprensa do restante do país para a existência do Norte e dos problemas ali vivenciados. Neste sentido, a seca foi e é o primeiro elemento utilizado para representar esse Norte e distingui-lo do Sul.

⁵ De acordo com Cândido (2014), no caso dos migrantes cearenses, as principais localidades para as quais se dirigiam eram: as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Amazonas, Pernambuco e Piauí.

⁶ De acordo com Baptista, Nascimento e Baptista (2018) foi possível encontrar referências acerca dos efeitos da seca de 1888/1889 nas seguintes localidades na província do Piauí: Amaração, Parnaíba, Amarante, Teresina, Pedro II, Piracuruca, Campo Maior, Marvão (Atual Castelo do Piauí), Regeneração, Vila do Livramento (Atual José de Freitas), Vila de Humildes (Atual Alto Longá), Oeiras, Valença (Atual Valença do Piauí), Picos, Jaicós, Pio IX, Paulista (Atual Paulistana), São Raimundo Nonato, Vila de São João do Piauí, Jerumenha, Parnaguá, Vila da Manga (Atual Floriano).

amenizar a situação, através, inicialmente, da distribuição de verbas para as localidades atingidas e, posteriormente, instalação de Comissões de Socorros (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2018).

Neste contexto, as Comissões de Socorros atuavam na província do Piauí sendo nomeadas pelo governo provincial e recebendo fundos para que pudessem distribuir víveres para as populações que se encontravam em situação de miséria por conta da seca ou para o emprego destas pessoas na construção de obras públicas⁷.

Desta maneira, o objetivo deste artigo foi refletir sobre as consequências que a seca de 1888/1889 acarretou na província do Piauí, enfatizando as ações tomadas pelo governo provincial com o intuito de atenuar a conjuntura vivenciada pelas populações acometidas pelo flagelo.

Os procedimentos metodológicos empregados para a elaboração desta investigação foi a pesquisa bibliográfica e documental hemerográfica, no sentido de buscar compreender os efeitos da seca no território que constituía o Piauí no recorte temporal em tela tornando possível o entendimento de como o governo provincial no Piauí operou no decorrer desta situação e ainda o que eram e como atuavam as Comissões de Socorros durante o período de seca de 1888/1889, enfrentados pelas províncias do norte.

Utilizou-se, assim, principalmente, Cândido (2014) e Cabral (2013), bem como jornais piauienses publicados durante os anos de 1888 e 1889 que apontassem subsídios sobre a questão. As fontes hemerográficas⁸ empregadas foram *A Imprensa*⁹, particularmente algumas

⁷ Segundo Cândido (2014) as obras públicas proporcionadas no período de secas assumiam uma função diferente de empreendimentos mais comuns, enquanto estes últimos tinham como fator de atratividade para os empregados a oferta de trabalho com salários atrativos, nas obras de socorros públicos o principal atrativo era fornecer socorro para os flagelados. Para que uma obra de socorros públicos se tornasse possível era necessário a criação de um mecanismo que garantisse auxílio a uma significativa quantia de pessoas em uma situação de miséria em função da seca. Ainda assim, deve-se ressaltar que mesmo com as diferentes formas utilizadas pelo poder público para garantir que os migrantes trabalhassem nas obras, a exemplo da coerção, era possível o abandono do trabalho por parte dos flagelados procurando condições melhores em outras localidades. Desta forma, Cândido (2014) ressalta a necessidade da criação de redutos, de auxílio médico e distribuição de víveres para a sobrevivência com o objetivo de gerar a permanência destes sujeitos nestes espaços.

⁸ Ainda que contrários no cenário político na província do Piauí durante a década de 1880, o Partido Liberal e o Partido Conservador, conforme registram seus periódicos oficiais *A Imprensa* e *A Época* respectivamente (BAPTISTA, 2019), em relação a situação da seca um consenso foi estabelecido por estes grupos no sentido de identificar para a província o necessário auxílio.

⁹ Órgão informativo vinculado ao Partido Liberal, na província do Piauí, tendo iniciado suas atividades em 1865, circulando até 1889, período em que alterou seu nome para *Atualidade* com o advento da Proclamação da República. (PINHEIRO FILHO, 1997).

de suas edições publicadas nos anos de 1888 e 1889 e *A Phalange*¹⁰ com edição publicada durante o ano de 1889, ambas em Teresina.

Assim, este artigo buscou discorrer sobre a conjuntura pela província do Piauí no final do século XIX em função da seca de 1888/1889, apontando as adversidades produzidas pelo flagelo, a exemplo do esgotamento dos recursos hídricos, a morte do gado e das plantações, o aumento dos preços dos gêneros alimentícios, a migração de pessoas de outras províncias para o Piauí ocasionando em alguns casos situações de criminalidade e, por fim, as ações tomadas pelo governo provincial na tentativa de amenizar a situação através da distribuição de “socorros públicos” e instalação das Comissões de Socorros nas localidades mais atingidas.

Fome, Morte e Migrações: a seca de 1888/1889 e suas consequências no Piauí

As primeiras menções nas fontes consultadas referentes a seca ocorrida nos anos de 1888 e 1889 em solo piauiense remete ao final¹¹ do ano de 1888 em pequena nota presente no periódico *A Imprensa*. Na edição de 15 de dezembro de 1888 em uma chamada em negrito e intitulada “Secca” o jornal inicia uma série de notícias que se tornaram comuns no ano seguinte e que trataram sobre a situação da província e as providências tomadas pelo governo provincial e imperial.

Nesta nota em questão *A Imprensa* se limita em dizer que a ausência de chuvas nos interiores da província já começava a afetar a economia local, chamando a atenção ao presidente desta para que este não deixasse de tomar as ações necessárias para aqueles que necessitassem de “socorros públicos”.

De acordo com o periódico: A falta de chuvas já vae produzindo males pelo interior da provincia.

¹⁰ Relacionado ao Partido Conservador, ainda que não oficialmente, mas em defesa de suas ideias, foi um periódico que circulou na província somente no ano de 1889, sendo Simplício Coelho de Resende seu principal redator. (PINHEIRO FILHO, 1997)

¹¹ Deve-se destacar que, embora no Piauí, as primeiras menções que encontramos sobre a seca de 1888/1889 remeta-nos ao final do ano de 1888. Na província vizinha do Ceará, historicamente uma das regiões mais afetadas por esse flagelo (DOMINGOS NETO; BORGES, 1987) é possível encontrar denúncias referentes a esta nos periódicos locais desde o início do ano. Na edição de 3 de abril de 1888 no jornal *Cearense* tem-se uma nota intitulada “Medicina”, escrita por um médico cearense chamado Dr. Meton, na qual este denuncia o baixo índice pluviométrico novamente vivenciado pela província. Segundo ele, decorridos três meses do ano de 1888 teria chovido apenas 200 milímetros de água na província e, portanto, tudo indicava que estavam se encaminhando para uma nova seca neste ano e, conseqüentemente, para o surgimento das doenças que acompanham este mal, a exemplo das febres que terminavam por levar a óbito as populações mais fragilizadas.

O gado, principal fonte de riqueza desta parte do imperio, ja está morrendo em varios municipios.

As noticias, que nos teem chegado de alguns pontos, confirmam esta triste verdade.

Uma secca, com seu cortejo de males, nas actuaes circumstancias, é uma grande calamidade.

E', preciso, pois, que o governo tome providencias em ordem a proteger aquelles, que necessitarem dos socorros publicos.

Esperamos que o exm. sr. dr. Vieira da Silva não deixará de prestar devida attenção á este grave assumpto. (A Imprensa, 1888, p. 4)

Sem discriminar exatamente quais localidades estavam vivenciando o problema a nota segue indicando que as informações apresentadas veem chegando de alguns pontos e que confirmariam essa realidade. Embora o texto do periódico não afirme quem estava enviando essas notícias deve-se destacar que a *A Imprensa* não apenas possuía correspondentes em diversas partes do Piauí, mas também era comum a prática de escrever por parte das elites locais para os jornais da capital, seja para denunciar alguma situação irregular ou responder a denúncias recebidas, dentre outros aspectos, sendo estes, portanto, os responsáveis por informar a situação vivenciada.

Além disso, o Sr. Dr. Vieira da Silva, cobrado pelo jornal para prestar a atenção necessária a esta ocorrência refere-se, a Raimundo Vieira da Silva, correligionário do Partido Conservador que, naquele momento, e até junho de 1889 foi presidente da província do Piauí, tendo tomado as primeiras providências para tratar dessa nova seca que afetava os piauienses neste fim de século e que serão tratados mais adiante nesta narrativa.

Nas edições que seguem ainda no final de dezembro de 1888 e no decorrer de 1889 do periódico *A Imprensa*, bem como *A Phalange* já passamos a encontrar notas enviadas por correspondentes locais denunciando as situações vivenciadas em diferentes municípios e vilas da província, sendo possível perceber a amplitude do fenômeno no Piauí, conforme ressaltado também por Baptista, Nascimento e Baptista (2018).

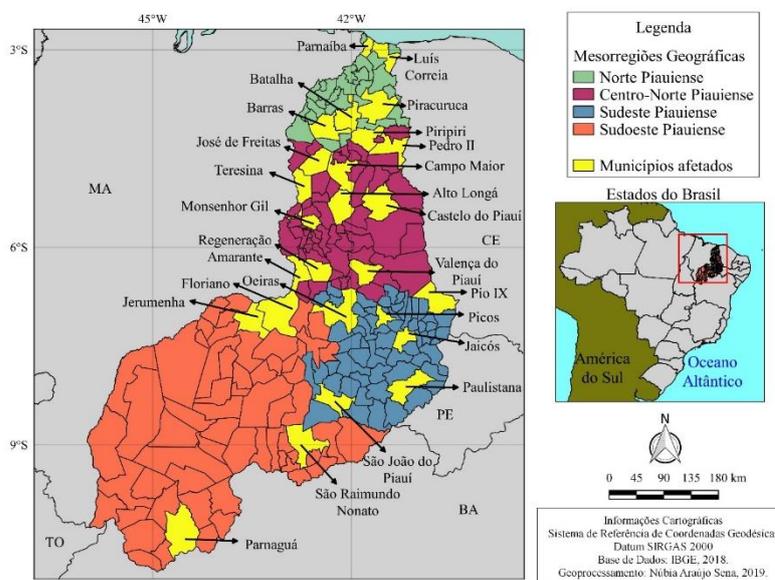
O mapa 1¹², elaborado a partir das informações obtidas no periódico *A Imprensa* (1888 – 1889) e *A Phalange* (1889), a seguir, permite a visualização da dimensão espacial da seca de 1888/1889 na província piauiense, demarcando os municípios e vilas atingidas considerando a configuração político-administrativa contemporânea do estado¹³, visto que não dispomos das coordenadas geográficas que delimitavam as cidades e vilas no final do século

¹² Os mapas produzidos para este artigo contaram com a colaboração da geógrafa e tecnóloga em geoprocessamento Núbia Araújo Sena, técnica do NEZCPI, a qual os autores expressam seus agradecimentos.

¹³ No período em que se trata a pesquisa Floriano equivalia a Vila da Manga, Monsenhor Gil a Vila de Natal, Paulistana a Paulista e Valença do Piauí a Valença. (BASTOS, 1994)

XIX na referida província. Portanto, trata-se de uma representação aproximada para facilitar a compreensão sobre como esta seca afetou o Piauí.

Mapa 1 – Distribuição espacial da seca de 1888/1889 na província do Piauí



Fonte: Baptista; Nascimento; Baptista (2020).

Desta forma, é possível perceber que a província do Piauí teve seu espaço geográfico afetado quase que em sua totalidade ou pelo menos pode-se afirmar que naquele contexto histórico não era improvável encontrar os efeitos do flagelo em diversas cidades e vilas piauienses.

Estes efeitos, por sua vez, foram distintos. A seca de 1888/1889 não afetou todas as localidades na província do Piauí da mesma forma, principalmente considerando as diferenças geográficas existentes, bem como a proximidade com províncias vizinhas, tendo sido responsável em determinados espaços pela escassez de produtos de primeira necessidade, pela morte das plantações e do gado, bem como pelo surgimento de doenças, a exemplo de febres e do sarampo.

Em outras gerava a possibilidade da chegada de migrantes em fuga do flagelo e que terminavam por ocasionar problemas pelos locais que passavam ou se instalavam. Com relação aos efeitos da seca de 1888/1889 a seguinte publicação intitulada “Os efeitos da seca” na edição de 12 de janeiro de 1889 do periódico *A Phalange* diz-se o seguinte:

De todos os flagellos que açoutam o genero humano, a secca é o mais fértil em consequencias funestas.

Porque um mal nunca vem só, a secca que mirrha o ser vivente a mingua de meios alimenticios, faz-se invariavelmente acompanhar de uma longa serie de outros males. As febres de toda especie, a catapora, o sarampo, as inflamações dos órgãos vitaes e as pustulas, originadas de uma alimentação entoxicada e podre, são os males que formam o cortejo funebre das grandes seccas do norte do imperio.

A zona, que demora ao norte da Parahyba, e ao sul do Piauhy, é a mais ingrata de todo o territorio brasileiro, por ser a mais perseguida pela secca.

Apenas 10 annos são decorridos depois da ultima secca, e já o flagello com todos os seus horrores tala novamente os nossos campos, arrebatando-nos os minguidos restos da nossa unica industria e sitiando nos longiquos sertões os infelizes habitantes desses campos abrasados pelos dardejantes raios da canicular estação que nos assa em vida!

A peste, a fome e um calor suffocante ferem desapiedadamente os povos desta e das visinhas provincias.

A immigração cearense invadiu a cidade da Parnahyba, abrigando-se a maior parte dos ardentes raios solares á sombra das arvores que circundam a cidade.

Os míseros imigrantes, como em 1878, estão transformados em mumias deseccadas pela fome!

A situação dos piauhyenses desfavorecidos da fortuna não é menos precaria. As cartas do interior são tetricos, quando descrevem os horrores da secca e mortandade dos gados de todas as especies.

Os creadores dos municipios da Parnahiba, Piracuruca, Campo-maior, Marvão, Valença, têm perdido mais de metade dos seus gados, crescendo desproporcionalmente os crueis estragos da secca à medida que esta se prolonga.

E' esta a situação desoladora, dura e cruel da provincia, que está a reclamar dos altos poderes do Estado linitivo à seus males.

Ao governo de um povo civilisado incumbe prompto remedio aos seus soffrimentos.

Nós, esmagados por tanta miseria, recorremos, cheios de confiança ao paternal Governo Imperial, aguardando recursos prompts, porque o Estado não costuma resgateal-os quando o pesado infortunio bate à porta dos seus subditos. [...]

Nada obstante, confiamos e solicitamos mesmo, nesta triste emergencia, do honrado administrador da provincia providencias em ordem a serem minorados os duros soffrimentos dos brasileiros que estão sob a pressão horrorosa da fome e da nudez. [...]

Tome, pois, s. exc. medidas muito energicas, afim de pouparnos o espectaculo degradante e horripilante, por nós testemunhado em 1878, de ver morrerem a nossos olhos inanidos pela insufficiencia da alimentação, milhares de brasileiros validos que teriam sido poupados á miseria e a uma morte mil vezes horrorosa, se o governo tivesse sido mais providente e diligente na distribuição dos soccorros publicos.

Os soccorros ainda tem a vantagem de proporcionar meios e occasião de serem levados a effeito alguns melhoramentos materiaes de que muito carece a provincia.

Dê o governo soccoros e utilize os braços validos, e o mal da secca será atenuado pelo bem da resaca.

Nada se poupe para se pôr o povo ao abrigo da morte pela fome. [...]

Presentemente s. exc. não pode melhor empregar a sua atividade do que em soccorrer e proteger as victimas da secca.

Desta forma, se até os fins de 1888 o assunto da seca ainda era tratado de maneira tímida pela imprensa piauiense a partir de 1889 as publicações tornam-se mais comuns, bem como as consequências advindas da seca no período entre 1877 – 1879 e que poderiam acontecer novamente, apontando estas de uma maneira mais geral na província e solicitando auxílio ao governo provincial e imperial para amenizar os problemas decorrentes.

Ressalta-se, então, o registro da redução de alimentos para as populações, a morte das plantações e do gado, o que termina por gerar uma situação de insalubridade, de fome, levando ao surgimento de doenças endêmicas, como febres, a catapora, o sarampo, dentre outras, e chegando, enfim, a morte do sujeito, seja por inanição ou pela atuação das enfermidades nas pessoas acometidas.

Visando amenizar a conjuntura solicita-se ao governo provincial e também ao governo imperial a tomada de medidas “enérgicas”, ou seja, que sejam feitos os “socorros públicos”¹⁴ das localidades acometidas pela seca e, através destes, o emprego das pessoas em situação de miséria em obras públicas.

Não obstante isto, a migração de pessoas oriundas de províncias vizinhas, principalmente cearenses, também entra em pauta na publicação supracitada apontando como motivo justamente os problemas causados por esta seca nestes espaços e, em função disso, a presença destes sujeitos em algumas cidades piauienses, no caso, em questão, Parnaíba, fugindo do flagelo.

Com relação aos problemas enfrentados pelos cearenses e que os obrigava a migrar para outras regiões embora a nota em questão se limite a apontar que estes vivenciavam os mesmos problemas que os piauienses com a seca considerando a perspectiva de Cândido

¹⁴ No Piauí, a veiculação por parte dos jornais piauienses acerca da situação na província tratava-se de uma maneira de pressionar o governo provincial a atuar no sentido de amenizar e proporcionar os devidos socorros a pessoas afetadas pela seca e que se encontravam em situação de miséria, notadamente os mais pobres e os “emigrantes”. Para tanto, solicitava-se políticas de “socorros públicos” ao tempo em que se denunciava desvios ou recursos sendo mal aplicados, estas podendo repercutir a nível nacional. É durante a seca de 1877 – 1879 que as políticas de socorros instaurada pelo governo imperial se ampliam, intencionando a redução das consequências provocadas pelo flagelo a nível social e econômico nas províncias do norte. A principal forma encontrada pelo governo imperial para intervir na situação foi através das Comissões de Socorros, basicamente uma política de assistência pública, que foram responsáveis pela distribuição de alimentos e medicamentos, bem como a criação de núcleos que integrassem os “emigrantes” através de trabalho e moradias. Para a manutenção desta política de assistência utilizava-se financiamento direto dos cofres imperiais e, mesmo que houvesse melhorias ínfimas na situação dos “emigrantes” e flagelados, tratou-se também de uma oportunidade para as elites existentes na província de utilizarem os recursos destinados em benefício próprio, visto que embora fosse solicitado auxílio em caráter emergencial, não se tinha uma fiscalização muito efetiva dos gastos realizados, o que possibilitava a existência de superfaturamento e a apropriação dos bens destinados (CABRAL, 2013).

(2014) é possível elencar de maneira mais específica o que levava a migração. Segundo o autor, não se deve generalizar os motivos que obrigavam a migração. Estes, assim como os destinos escolhidos, eram diversos. No Ceará, diversas famílias escreveram para o governo provincial solicitando auxílio ou passagens para sair dos locais onde se encontravam e conseguissem chegar em regiões mais favoráveis ou que sofressem menos com a seca.

De acordo com Cândido (2014) havia também o caso de pessoas naturais de outras províncias que, por ventura, encontravam-se no Ceará e desempregados ou sem recursos próprios para retornar a suas províncias solicitavam auxílio, a exemplo de Sátiro Euclides da Silva que durante a seca de 1877 – 1879 pleiteou passagens para retornar ao Maranhão, que era sua província natal, bem como o caso de José Carlos de Vasconcelos que encontrava-se na mesma época em Granja¹⁵ (CE) e requeria “[...] passagem para si e sua numerosa família até o porto de Amarração” (CÂNDIDO, 2014, p.113) com o intuito de retornar ao Piauí.

Aponta ainda através da análise destas correspondências a existência de diversos interesses por trás da migração de populações cearenses para outras províncias. “Uma parte ia com a intenção de ‘fixar sua residência’, assim como havia os que queriam ir para ‘fora da província [apenas] durante os efeitos da seca’ ou, como se pode ler em diversas cartas de solicitação, ‘onde pretende refrigerar-se durante a seca’.” (CÂNDIDO, 2014, p.113-114).

Dito isto, quais foram as consequências imediatas provocadas pela seca de 1888/1889 nas cidades e vilas piauienses e vivenciadas pelas populações que habitavam estes espaços neste fim de século? Na porção sudeste do Piauí com relação a Oeiras, Valença, Picos, Jaicós, São João do Piauí e São Raimundo Nonato na edição de 29 de dezembro de 1888 do periódico *A Imprensa* em nota intitulada “Oeiras. A secca no sul da provincia” tem-se o seguinte:

Não é só a visinha provincia do Ceará, que se estorce actualmente sob a pressão desoladora de terrivel secca.

O Piauihy, cujo territorio foi beneficiado por invernos copiosos até certo tempo, vae experimentando tambem em intervallos não mui prolongados, os effeitos aterradores d’essa medonha catastrophe, que soe devastar não raro populações inteiras com todos os seus haveres.

Não exageramos; ainda se achão indeleveis na memoria de todos, por meio de dolorosa reminiscencia, as torturas por que passaram os habitantes d’essa zona do imperio, quando flagellados pela falta de inverno, mortalidade do gado e escassez quasi absoluta de generos alimenticios nos annos de 1877 e 1878, em que quasi não choveo em grande parte do norte do Brazil.

Pois bem; se nessa epoca tudo se nos afigurava assustador, no tocante à falta de inverno e esterilidade consequente do solo aggravado, então, a situação

¹⁵ Para maiores informações sobre a relação entre Granja e a Vila de Amarração no decorrer do século XIX ver Baptista (2019).

dos habitantes d'esta comarca e municipios adjacentes pela affluencia de emigrantes, que despejavão sobre nós as provincias visinhas, essa situação infelizmente não foi mais melindrosa, do que a que vemos presentemente acercar-se de nós. E se não vejamos: no biennio já referido em que faltaram as chuvas nos periodos ordinarios, a população d'este municipio e dos de Valença, Picos, Jaicós, S. João do Piauí e S. Raimundo Nonato, apesar de surpreendida por aquelle phenomeno climatologico, tinha não obstante, em seu favor, para encaral-o, ou mesmo affrontal-o, a despreoccupação com que entrava nessa luta pela vida, pois nunca tinha experimentado um transe igual, no entanto que hoje, que a mesma população conserva de memoria os horrores d'aquella calamidade, tem contra si, e sob o ponto de vista desse flagello, apprehensões tão profundas e amargas, que isso por si só bastará, para tolher lhes os meios de acção, e torna-la, por assim dizer, incapaz de enfrentar com o novo mal, que nos está propinquu. [...]

Mui curto e insufficiente foi o inverno do anno, que vai findar, e por essa causa mui diminutas se tornaram as colheitas à elle correspondentes. Entretanto, esta circumstancia que á prima facie poderia occasionar sobresaltos no seio da população, não teve, contudo um effeito relativamente aterrador, por que a mesma população não via chegar emigrantes e confiava no seguinte inverno, cuja regularidade e abundancia lhe poderia trazer o renascimento do seu trabalho perdido em parte da vez anterior. Pura illuzão! Chega o tempo, em que é costume apparecerem os primeiros ensaios do periodo invernosu – o mez de outubro, nada se manifesta; appella se para os subesquentes mezes de novembro e dezembro, e os raios do sol mais abraçador não são, se quer, atenuados pelo benefico influxo da estação esperada. A secca continúa em toda a sua plenitude e hediondez: os campos tornão-se resequidos; os mananciaes desaparecem; a vegetação fica completamente mirrada; os gados cahem inanidos pela absoluta falta de pastagem, e o povo, confundidas as classes de fazendeiros, lavradores, proprietarios, comerciantes, e finalmente, a massa inerte da sociedade, que nada possui e nada produz, tudo como que cahe de uma só vez no mais profundo e consummado desanimo. Os generos alimenticios sobem consecutivamente de preço, e dias ha, em que não vêm ao mercado, onde pouco importa, tambem, o seu apparecimento, em relação á população desvalida, porque esta, em verdade, não tem de seu um vintem.

Accresce ainda que, como por uma irrizão do destino, a epidemia do sarampo aqui se ha desenvolvido ultimamente com cruel intensidade e a qual, de parceria com alguns casos de febres graves, vae victimando a população em pequena escala:

É, pois, nesta situação afflictissima, dolorosissima que volvemos os olhos para o digno administrador da provincia, e invocamos a s. exc. que se amercie de nós, enviando alguns socorros para esta localidade e suas limitrophes. [...]

Ocorre-nos lembrar a s. exc., por honra da propria humanidade, que sendo mais nobre receber qualquer salario, por pequeno que seja, do que mendigar o obulo da caridade, parece chegada a occasião do illustrado administrador, tendo de decretar socorros para este municipio, recommendar que sejam aproveitadas, medidante rasoavel remuneração, todas as pessoas validas do sexo masculino, que se possão empregar na abertura da estrada, que se projecta construir d'aqui para o porto de Conceição, a margem do rio Parnahyba. S. exc. conseguirá, nos parece, levar a effeito, por esta forma, dous intuitos, cada qual mais util e proveitoso, e sem maior gravame para os cofres desta provincia, que, é nótorio, acham se exhaustos.

Feita a dita estrada, nos termos em que tem sido discutida essa idéia, isto é, com proporções para transitar vehiculos por tracção animada, tudo se facilitarà então para esta cidade e municipios visinhos, que com justa razão almejam a realisacção de um tal melhoramento.

A partir da nota sem autoria enviada de Oeiras para *A Imprensa* em Teresina podemos apontar alguns dos efeitos que a seca de 1888/1889 teve em Oeiras e suas circunvizinhanças no final do século XIX. No caso em questão assinala-se a morte das plantações e do gado, o desaparecimento das fontes de água potável, conseqüentemente o aumento dos preços dos gêneros alimentícios existentes no mercado.

Acrescenta-se ainda a esta situação de insalubridade proporcionada pelas péssimas condições geradas pela seca o surgimento de doenças que acometem parte da população vitimando-a à medida em que a situação vai piorando, destacando-se o Sarampo e outras febres que o acompanhariam, de maneira similar a denúncia feita pelo Dr. Meton no tocante aos efeitos da seca na província do Ceará.

Com relação a presença de migrantes na região de Oeiras e suas circunvizinhanças não fica claro pelo texto em questão se foi o caso durante a seca de 1888/1889. Embora seja comentado sobre a situação calamitosa ter sido agravado na seca anterior de 1877 – 1879 por conta da chegada de emigrantes vindos das províncias vizinhas¹⁶, não é explícito se houve uma repetição desta conjuntura neste momento.

No tocante as conseqüências provocadas pela seca de 1888/1889 em Oeiras¹⁷ e suas circunvizinhanças deve-se ressaltar a solicitação de “socorros públicos” para a localidade tendo com o intuito a construção de obras públicas visando melhoramentos estruturais para a região em questão, bem como o emprego e remuneração da população que ali se encontrava naquele momento, reduzindo, assim, os problemas vivenciados naquela conjuntura.

Com relação especificamente a Valença na edição do dia 5 de janeiro de 1889 do periódico *A Imprensa*, publicada uma semana depois da edição que trouxe a nota a situação vivenciada por Oeiras, tem-se um breve texto denunciando uma situação política com o então

¹⁶ Considerando o Mapa 1 podemos supor que, provavelmente, as províncias vizinhas as quais estes emigrantes teriam vindo seriam: Ceará, Pernambuco e Bahia, tendo em vista que fazem divisa com o Piauí e foram afetadas pela seca de 1877 – 1879, bem como a proximidade de Oeiras, Valença, Picos, Jaicós, São João do Piauí e São Raimundo Nonato com estas províncias.

¹⁷ Na edição do dia 01 de fevereiro de 1889 do periódico *A Imprensa* reforça-se a situação vivenciada por Oeiras, apontando também outras doenças que estariam acometendo a população além do sarampo, a disenteria e outras moléstias do tubo gastrointestinal, bem como a possibilidade de amenizar a situação através de “socorros públicos” para a construção de obras públicas na localidade. Três meses depois, na edição de 04 de maio de 1889 tem-se outra nota no mesmo periódico relatando, dessa vez, já a morte da população em função da fome provocada pela seca.

delegado de polícia de Valença, solicitando que o sr. redator da *A Imprensa* entre em contato com o presidente da província para que este tome providências.

O interessante da edição, no entanto, é o final do texto que comenta um pouco sobre outra situação vivenciada por Valença naquele momento, o problema da seca. Segundo a denúncia, a seca continuava a provocar prejuízos para o município, tendo sido responsável já pela morte de 12 mil cabeças de gado e, para a pessoa que escreveu esta nota, causando mais prejuízos do que a seca de 1877 – 1879 em Valença e em outros municípios da província. De maneira similar à situação em Oeiras também é solicitado ajuda para lidar com o problema sem, contudo, especificar como o governo da província, na figura de seu presidente, poderia prestar este auxílio.

Em Picos, além da situação já relatada na edição de 29 de dezembro de 1888, as edições do dia 19 de janeiro e 26 de janeiro de 1889 de *A Imprensa* também trazem notícias enviadas pelos correspondentes locais tratando sobre alguns dos problemas vivenciados pela localidade. Embora boa parte das notas refiram-se a um problema político, é destacado também os efeitos que a seca vem causando, como a morte do gado e animais [domésticos] e o aumento dos preços dos gêneros alimentícios, não sendo comentado sobre a presença de migrantes ou mesmo a necessidade de “socorros públicos”. Já a respeito de Pio IX, Jaicós e Paulista (atual Paulistana) na edição de 01 de junho de 1889 de *A Imprensa* tem-se o seguinte:

E' triste [...] o estado de penuria em que se achão os municipios de Jaicós, Pio 9º e Paulista, onde a secca manifestou-se com grande intensidade. Além da perda completa dos cereaes, não houve ali nenhuma pastagem, porque o inverno durou apenas 18 dias. Os effeitos da secca hão de produzir, como vão produzindo, n'aquelles municipios, maiores males do que os resultantes das horrorosas seccas dos annos de 187 a 1878, durante os quaes 50 litros de quaisquer dos cereaes custavão 50\$000 reis e uma rapadura 1\$000! Não é só a secca, que está assolando a comarca de Jaicós, além d'ella, as febres, sarampo e outras enfermidades. Chamamos a attenção de s. exc., para esse estado lamentavel, e esperamos que s. exc., volvendo suas vistas para aquella comarca, attenderá aos reclamos dos seus habitantes.

Embora a nota apresente uma situação em Pio IX, Jaicós e Paulista com bastante similaridade a outras já apontadas aqui é interessante notar o destaque para os preços praticados pelos comerciantes, principalmente tendo em vista que, segundo a edição de 17 de junho de 1882 de *A Imprensa* em 1881 em Piracuruca uma “carga de farinha, milho, arroz, feijão, frutas e rapadura” custava 80 reis e considerando que os preços dos gêneros de

primeira necessidade não deveriam variar muito na província em períodos mais úmidos percebe-se o aumento excessivo nos valores destes víveres em função da conjuntura vivenciada na seca de 1888/1889, apenas 8 anos depois. Não obstante isto há também o realce para as enfermidades vivenciadas pelos habitantes destas localidades, como as febres, o sarampo, além de outras doenças não especificadas.

Saindo da região sudeste e adentrando o sudoeste piauiense na edição do dia 19 de janeiro de 1889 de *A Imprensa* sobre Jerumenha há a publicação de uma carta enviada no dia 08 de janeiro de 1889 por um correspondente local denunciando uma série de problemas vivenciados pela localidade, dentre estes, a seca.

Diferentemente de Oeiras a denúncia se limitou a apontar a ausência de chuvas, tendo ocorrido precipitação apenas nos dias 20 de outubro e 29 de novembro de 1888 e, desde então, em função disto, destaca a preocupação dos lavradores com a situação e com os maus resultados obtidos com suas plantações, bem como o aumento do preço dos cereais.

Com relação ao gado as poucas precipitações que ocorreram, segundo a nota, teriam sido o suficiente para a manter pastagem apropriada para ser consumida por este, embora o autor ainda demonstre preocupação caso a situação não melhore. Não é relatado a presença de migrantes por conta do flagelo, nem do esgotamento dos recursos hídricos ou mesmo a solicitação de “socorros públicos” para o governo provincial ou imperial.

Na Vila da Manga (Floriano), por sua vez, para além do esgotamento dos recursos hídricos, morte das plantações e aumento dos preços dos gêneros alimentícios havia também o medo gerado nas elites no tocante as reações que a seca poderia provocar nas populações locais, bem como nos migrantes que fugiam do flagelo. Na edição de 02 de julho de 1889 do periódico *A Imprensa* há a publicação de uma correspondência enviada no dia 20 de maio de 1889 que traz uma denúncia da situação vivenciada pela vila, além de uma representação da câmara municipal solicitando auxílio ao governo provincial. Destacamos, no entanto, o seguinte trecho:

Se são carregados as côres do quadro, que mal dilineamos, talvez sejam ainda uma leve sombra das scenas tristes e vergonhosas que teremos de presenciar, porque o espectro implacavel da fome nos momentos de desespero incitará o povo aos delictos, e a nossa propriedade servirá de pasto ao instinto de perversidade de uns, e a precisão extrema de outros.

A criação sobre que já pesão os deploraveis effeitos da secca, e cujo prejuizo será inevitavel, como o dos productos da lavoura, terá de ser desimada de modo extraordinario e affrontoso aos direitos do possuidor; o latrocínio terá um desenvolvimento espantoso com menos cabo as nossas

leis, cujos depositarios sem força não poderão applicar aos criminosos uma repressão conveniente. [...]

Embora a publicação não possua autoria é notável a preocupação da pessoa que escreveu o texto com a possibilidade de crimes em decorrência do flagelo, principalmente com os prejuízos que poderiam ser ocasionados em sua propriedade e na de seus conterrâneos. Não obstante isto, o medo vai além da possibilidade do furto e de pequenos delitos ao sugerir também a probabilidade da ocorrência de latrocínios por parte dos mais afetados pela seca e a impossibilidade dos agentes da lei de reprimirem os criminosos também em função da situação de insalubridade vivenciada.

Deve-se ressaltar que, embora na Vila da Manga não tenhamos informações sobre a ocorrência destes crimes, apenas o medo e a sugestão de sua possibilidade, ao considerarmos o norte do Piauí, no caso o litoral piauiense, particularmente Parnaíba e a vila de Amarração, a conjuntura existente torna-se outra. Na edição do dia 18 de maio de 1889 de *A Imprensa* tem-se a seguinte publicação intitulada em negrito “Parnahyba”:

D’esta localidade nos escrevem:

“O presidente augmentou a verba soccorros publicos d’esta cidade para 500\$000 rs, e annullou a ordem que havia dado para passagens dos emigrantes nos vapores da companhia fluvial piauiense.

Essa verba é insufficiente, para contentar o grande numero de emigrantes, que aqui ha; e pouco servirá, porque em limpezas de umas praças e cemiterio, já foi dispendida por conta da camara municipal pouco mais ou mais ou menos essa quantia, em poucos dias e pagando-se mal aos operarios, em consequencia de estar a farinha, o arroz e o feijão por um preço muito alto.

Os habitantes d’esta cidade viram hoje o passeio da casa do presidente da camara cercado por 80 e tantas pessoas, que supplicaram serviços, ou passagens nos vapores para Santa Quiteria e Brejo, na província do Maranhão, onde querem ir procurar recursos aos curraes e brejos, afim de fazerem ahi suas plantações em vasantes, vantagens que os emigrantes não teem aqui, pelo que rogo a v. haja de se entender a respeito com o exm. sr. dr. Vieira da Silva, no sentido de ser por s. exc. restabelecida a ordem ou autorisação que havia dado para o embarque de emigrantes para os portos acima mencionados.

Alguns d’aquelles 80 emigrantes tiveram a audacia de dizer ao presidente da camara que si elle não lhes dêsse serviços ou passagens vião-se obrigados a fazer barulho e commeter crimes, porque não havião de morrer á fome, tendo tanto dinheiro na alfandega e na casa da camara!

A corrente emigratoria cresce, dia a dia, e não temos força para garantia da propriedade publica e particular, pois os poucos soldados que ha aqui, achão-se doentes.”

Para o conteúdo da carta supra pedimos a atenção do exm. sr. dr. Vieira da Silva, e esperamos que s. exc. tome as providências que as circunstâncias aconselham.

Ao tempo em que esta nota traz a ameaça de ataques por parte dos migrantes a alfândega e a casa da câmara na primeira metade do ano de 1889 de maneira similar a situação ocorrida na Vila da Manga, na segunda metade do mesmo ano, Baptista, Nascimento e Baptista (2018) através de análises do periódico *A Phalange* apontam a realização destes crimes, com assalto de valores da Comissão de Socorros em Parnaíba e Amarração¹⁸.

Embora só tenhamos informações a respeito destas ameaças e da ocorrência destes assaltos através das denúncias publicadas nos jornais não é de estranhar sua existência no Piauí. Na província vizinha do Ceará na mesma época Cândido (2014, p.201) aponta que os “[...] retirantes não hesitavam em fazer ameaças aos agentes de socorros públicos quando estes noticiavam mais um atraso das remessas de comida.”, bem como na medida em que continuava a “[...] escassez de comida e reduzida a distribuição para meia ração, [...] a situação ‘tem motivado surescitação [sic] entre os trabalhadores desta Estrada, em alguns abarracamentos rompendo eles em ameaças’”(CÂNDIDO, 2014, p.203).

Desta forma, a situação no Piauí não é distinta. Na medida em que a situação vai se agravando nos espaços em que ocorrem a chegada de flagelados de outras localidades não apenas surge o medo da possibilidade do banditismo¹⁹, mas também as ameaças por parte destes sujeitos e, em alguns casos, a concretização destes atos criminosos²⁰. Além disso outra

¹⁸ Deve-se esclarecer que no artigo intitulado **A seca de 1888/1889 e seus efeitos sobre a Vila de Amarração: deslocamentos humanos e conflitos no litoral do Piauí** publicado na Revista Cordis por Baptista, Nascimento e Baptista (2018) em relação a não existência de Comissões de Socorros na Vila de Amarração há um equívoco, tendo em vista que se identificou na edição de 31 de outubro de 1889 no periódico *A Imprensa* o registro desta Comissão na citada Vila sendo destinado a esta o valor de 1 conto de reis.

¹⁹ A partir de Hobsbawm (1976, p.11) entendemos o banditismo social enquanto a prática de crimes por pessoas comuns, normalmente proscritos rurais, vistos enquanto criminosos pelos grandes proprietários de terra e pelo Estado, todavia continuando a integrar a sociedade, sendo percebidos, muitas vezes, enquanto “heróis, como campeões, vingadores, paladinos da Justiça, talvez até mesmo como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e apoiados”. Embora não possamos afirmar que aqueles que praticaram estes atos no litoral piauiense durante a seca de 1888/1889 fossem proscritos rurais, tendo em vista a situação de insalubridade e possibilidade da morte não seria impossível supor que a realização destes atos, enquanto mal vistos por parte das elites, tenha sido bem visto e, provavelmente, apoiado pela população que mais sofreu com o flagelo: as camadas pobres e os migrantes.

²⁰ No caso da seca de 1888/1889 na província do Piauí só foi possível encontrar menções a ocorrência de crimes em decorrência do flagelo no litoral piauiense em Amarração e Parnaíba. Além disso, na edição do dia 17 de agosto de 1889 de *A Imprensa* a partir de uma nota comentando sobre a atuação do novo presidente da província, Teófilo Fernandes dos Santos, que assume a presidência de 23 de julho a 10 de outubro de 1889, há a menção a necessidade do destacamento de forças policiais não apenas para a captura de criminosos que estavam atuando na província, mas também para garantir o “sossego” de localidades para onde estavam convergindo um número

questão que se apresenta nas denúncias nos jornais é a utilização das Comissões de Socorros em proveito próprio ou para fins políticos. Ainda considerando o caso de Amarração e Parnaíba a respeito dos recursos da Comissão de Socorros tem-se que

[...] os suprimentos ali partilhados não eram destinados a todos e, de maneira geral, não estavam atendendo a necessidade dos *emigrantes* e dos famintos que se encontravam em Parnaíba e Amarração.

Segundo o periódico estes recursos estavam sendo repassados apenas *pelos da grey* e, embora não tenhamos conseguido identificar o que isto significava, pode-se inferir que estas provisões ou estavam sendo repassadas a elite local ou a uma parte desta, em detrimento das populações mais pobres, conseqüentemente, que mais sofriam com o flagelo, justificando, assim, para o periódico, as práticas de furtos cometidas contra a Comissão.

Embora não esteja esclarecido quem eram as pessoas que estavam se beneficiando dos recursos destinados a Comissão de Socorros, pode-se inferir que para *A Phalange*, provavelmente, seriam correligionários do Partido Liberal, visto a acusação proferida ao Dr. Firmino de Sousa Martins, filiado a este último, que teria se automeado para servir na Comissão de Socorros de Parnaíba e não estaria tomando nenhuma atitude em relação a situação posta. (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2018, p. 283-284)

Situação similar a esta pode ser encontrada no mesmo ano também no norte do Piauí em Pedro II. Segundo a edição do dia 04 de outubro de 1889 de *A Imprensa* o periódico *A Phalange* havia denunciado a Comissão de Socorros de Pedro II de utilizar parte dos recursos da Comissão para a compra de votos na eleição passada para o partido Liberal. Na nota tem-se o seguinte: “Em um dos seus numeros passados, disse a *Phalange* que a comissão de socorros de Pedro 2º gastou com a compra de votos na eleição de 31 de agosto a quantia de tres contos de reis, que lhe foi distribuida, para matar a fome aos indigentes e emigrantes.”

A notícia segue com o, então, juiz dr. José Furtado de Mendonça, presidente da Comissão, explicando como foram feitos os gastos recebidos pela Comissão e apontando como uma inverdade a suposta acusação de compra de votos por parte de *A Phalange*, ligada ao Partido Conservador e adversário político de *A Imprensa*, vinculada ao Partido Liberal, principalmente porque o próprio José Furtado é conservador e jamais teria permitido a compra de votos em favorecimento ao partido Liberal. É interessante ressaltar também o destaque feito a forma como a Comissão atuou em Pedro II até aquele momento. Segundo a nota:

elevado de migrantes, o que corrobora com a preocupação em Parnaíba acerca da ordem pública tendo em vista a existência de poucos soldados, conforme a edição de 18 de maio de 1889.

A importancia até agora dispendida tem sido empregada em materiaes para uma casa de mercado publico, que a commissão resolveo edificar, e em salarios a pessoas do povo para o carregamento de grande parte do mesmo material, conforme a conta diariamente organizada pela commissão e 69 documentos que estão em seo poder, os quaes brevemente remetterá a V. Exc.

Alem disso, a commissão comprou dez quartas de farinha por 50\$000 reis, para distribuir com as pessoas invalidas que não puderem trabalhar, um boi por 22\$000 reis, e forneceu 12\$000 reis de fazendas a uma família que perdeu a casa e roupa em um incendio no logar – Carangueijo. [...]

Os salarios dos trabalhadores pagam se diariamente, á noite, em minha casa, em vista de folhas assignadas por mim, o promotor publico e pelo administrador dos serviços; os pedreiros são pagos no fim da semana, por uma folha organizada pelo respectivo administrador, que passa recibo na propria folha.

A commissão reúne se aos domingos em casa de minha residencia e lavra-se termo das suas deliberações.

Desta forma, as Comissões de Socorros na província do Piauí que atuaram durante a seca de 1888/1889 não tiveram uma lógica muito distinta das Comissões na província do Ceará, geralmente proporcionando a construção de obras públicas a partir da mão-de-obra dos flagelados, sejam eles migrantes ou as populações mais pobres das localidades, ou mesmo a distribuição de gêneros alimentícios para aqueles impossibilitados de trabalhar.

No centro-norte²¹ da província as Comissões instaladas também agiram de maneira similar. Em Teresina tem-se menções a utilização da mão-de-obra dos migrantes e vítimas da seca para a construção de taludes, conforme apontado na edição de 27 de julho de 1889 de *A Imprensa*, para o reparo de quartéis, segundo nota na edição de 16 de setembro de 1889 de *A Imprensa*, e até mesmo para a edificação do Teatro 4 de Setembro, de acordo com uma notícia na edição de 10 de setembro de 1889 de *A Imprensa*.

Em Teresina as verbas destinadas a Comissão de Socorros também foram utilizadas para o pagamento de médicos adicionais para a Santa Casa de Misericórdia. Segundo a edição

²¹ Além de Teresina as outras menções que descrevem a seca de 1888/1889 no centro-norte do Piauí encontradas nas fontes consultadas foram referentes a Vila de Natal (atual Monsenhor Gil) e Barras. Em Natal a edição de 24 de agosto de 1889 de *A Imprensa* traz uma denúncia da situação vivenciada pelos habitantes da localidade, apontando não apenas o esgotamento dos gêneros alimentícios, mas também a chegada de “emigrantes” vindos de outras regiões que estavam agravando a situação, bem como o surgimento de doenças como o sarampo e outras febres. Dito isto, solicitava-se “socorros públicos” por parte do governo provincial para que fosse possível amenizar a conjuntura. Já no caso da Vila de Barras, segundo a edição de 11 de maio de 1889 de *A Imprensa*, tem-se outra situação singular. Segundo a denúncia publicada a câmara de Barras havia proibido a venda de gêneros alimentícios para outros municípios e vilas próximas, obrigando os lavradores a venderem na praça pelo preço ofertado ou terem seus produtos confiscados, o que estaria prejudicando os mais pobres. Além disso, na mesma edição denuncia-se também o emprego de crianças pobres acometidas pela seca e pela fome em trabalho análogo a escravidão para o serviço de particulares, bem como o aumento exorbitante dos preços dos gêneros alimentícios vendidos na localidade e a solicitação para que o governo provincial intervenha.

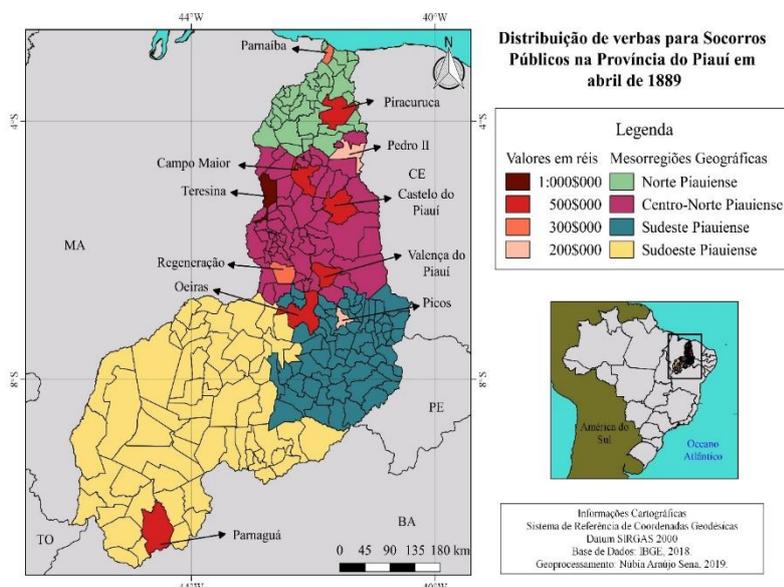
de 19 de outubro de 1889 de *A Imprensa* o número de doentes presentes na Santa Casa aumentou exponencialmente em função dos migrantes, sendo estes a maior parte dos presentes ali, o que justificaria a atuação da Comissão para o melhoramento da situação da Santa Casa em Teresina.

Ademais, a edição de 17 de agosto de 1889 de *A Imprensa* ressalta que a Santa Casa de Misericórdia também recebeu 5 contos de reis para a conclusão de obras que deveriam ser realizadas pelos flagelados da seca, além de ter gasto em torno de 4 contos de reis com o tratamento de “emigrantes” desde janeiro até agosto de 1889.

Na província do Piauí durante a seca de 1888/1889 a estruturação dos “socorros públicos” e das Comissões de Socorros ocorreu na primeira e na segunda metade do ano utilizando-se do crédito concedido pelo governo imperial para o financiamento destas, tendo sido disposto inicialmente 10 contos de reis e, posteriormente, 50 contos de reis. Os mapas 2 e 3 apresentam as localidades na província do Piauí que foram beneficiadas com “socorros públicos” neste fim de século XIX.

Em notícia intitulada “Trocós e trocas” na edição de 23 de abril de 1889 o periódico *A Imprensa* critica o governo imperial pela quantia reduzida enviada ao Piauí em detrimento de seu vizinho, Ceará. Enquanto a província cearense recebeu 100 contos de reis, o Piauí teria recebido apenas 10 contos de reis distribuídos pelas localidades apontadas no mapa 2.

Mapa 2 – Distribuição de Socorros Públicos em abril de 1888/1889 na província do Piauí



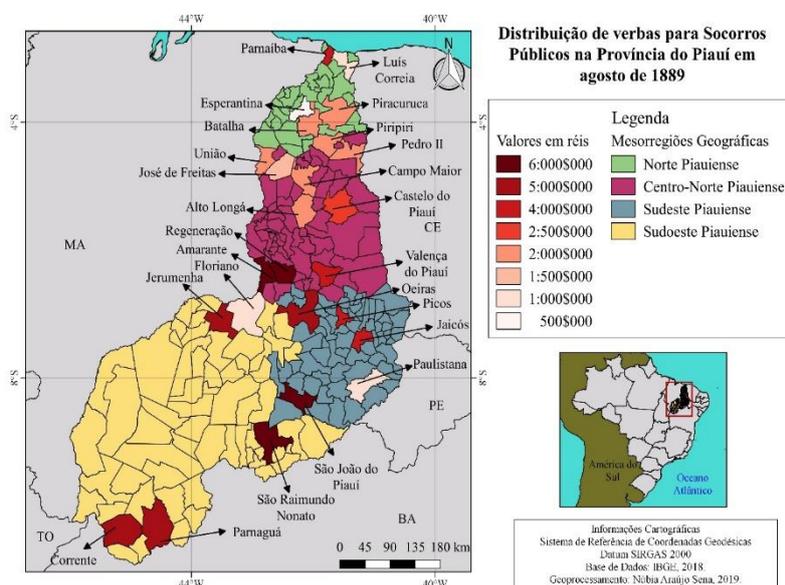
Fonte: Baptista; Nascimento; Baptista (2020).

Apenas em agosto de 1889 o governo provincial, segundo a edição de 19 de outubro do mesmo ano de *A Imprensa*, pôde utilizar-se do crédito de 50 contos de reis aberto pelo Decreto nº 10.181 de 9 de fevereiro de 1889 pelo governo imperial para auxiliar as províncias do norte acometidas pela seca.

Desta forma, o mapa 3 traz a distribuição dos “socorros públicos” na segunda metade do ano de 1889 a partir do crédito de 50 contos de reis concedido pelo governo imperial para utilização pelos governos provinciais do norte contra a seca que acometia estas províncias neste fim de século.

Observa-se, especialmente, além do acréscimo nos valores enviados, o aumento do número de localidades que passaram a receber auxílio do governo provincial, o que pode indicar a expansão dos efeitos da seca de 1888/1889 ou o aproveitamento das elites locais do problema vivenciado pela província para o recebimento de recursos.

Mapa 3 – Distribuição de Socorros Públicos em agosto de 1888/1889 na província do Piauí



Fonte: Baptista; Nascimento; Baptista (2020).

Deve-se apontar ainda que na maioria das localidades beneficiadas é possível encontrar menções no periódico *A Imprensa* com nomeação de moradores locais para ingressarem nas respectivas Comissões e, embora muitos dos espaços citados tenham tido Comissões instaladas, não foi possível apontar se todas as localidades que receberam “socorros públicos” também tiveram Comissões.

Deste modo, este artigo buscou apontar os efeitos que a seca de 1888/1889 teve na província do Piauí a partir das publicações realizadas na imprensa piauiense, principalmente, *A Imprensa*. Ademais, deve-se deixar claro que não se trata de um estudo finalizado, mas um esforço no sentido de contribuir para a escrita da História do Piauí, bem como indicar caminhos de pesquisa para futuras investigações relacionadas a temática.

Considerações Finais

No Brasil situações envolvendo as condições naturais adversas vêm afligindo a população em períodos de sua história com certa frequência como no caso da seca, fenômeno no qual a baixa pluviosidade impõe limitadas possibilidades para a sobrevivência humana. Tal fenômeno sazonal tem lugar notadamente na região nordestina brasileira e em diversas ocasiões considerando as características socioeconômicas desta e do país como um todo se constituiu/constitui em um flagelo de significativas proporções.

A literatura registra períodos de seca mais intensos e reconhecidos por suas severas consequências para as populações das localidades atingidas, como a que ocorreu nos anos de 1877 – 1879, no século XIX, amplamente tratada em diversos estudos (CABRAL, 2013; CÂNDIDO, 2014; SOUZA, 2015; GONÇALVES, 2017; DIAS, 2019). Entretanto, cerca de uma década depois outro período seco foi destaque no Nordeste e no Piauí, o de 1888/1889, foco deste artigo, provocando efeitos negativos no contexto social além das condições já conhecidas do ambiente natural. Sendo assim, é possível considerar que este período também se configurou como relevante para a história deste flagelo no país, principalmente no território piauiense, uma vez que atingiu localidades de norte a sul da província na época.

Evidencia-se que em função das consequências decorrentes, principalmente o comprometimento de recursos hídricos, declínio na criação do gado e na agricultura básica, acréscimo nos valores dos alimentos e ainda a entrada de migrantes advindos de outras províncias para o Piauí, agravando os problemas já existentes e trazendo outros como, por exemplo, expansão da criminalidade, os governantes se viram forçados em tomar atitudes no sentido de minimizar o sofrimento das pessoas atingidas pela condição natural tão severa. Este auxílio denominado de “socorros públicos” era disponibilizado em forma de recursos monetários e distribuído para as localidades conforme o nível de gravidade da situação através de grupos organizados especialmente para este fim, as Comissões de Socorro.

Destarte, o Piauí, como outros estados do Nordeste brasileiro, também foi palco de processos singulares que contribuíram para consolidar sua formação histórica e socioespacial a partir da vivência de situações independentemente da vontade humana, mas originada pelas condições naturais do ambiente, levando à modificação das formas de convivência social e ao fomento de políticas públicas específicas para tratar destas situações, como ainda acontece na contemporaneidade.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Amarras e desamarras: cotidiano e modernização em Amarração no litoral do Piauí (1880 – 1930)**. Teresina, 2019. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí.
- BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. A seca de 1888/1889 e seus efeitos sobre a Vila de Amarração: deslocamentos humanos e conflitos no litoral do Piauí. **Cordis**. Deslocamentos humanos: Cultura, decisões e conflitos, São Paulo, n. 20, p. 260-291, jan./jun. 2018.
- BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário histórico e geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- CABRAL, Ivana Campelo. **Sertanejos piauienses: trabalhadores livres no Piauí rural escravista (1850-1888)**. Teresina, 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. Fortaleza, 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Departamento de História Universidade Federal do Ceará.
- CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.). **A Construção Nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 83-129. (Coleção História do Brasil Nação 1808-2010, 2).
- DIAS, Dayane Julia Carvalho. Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE). **Resgate**. Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 27, n. 2 [38], p. 175-194, jul./dez. 2019.
- DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

GONÇALVES, Paulo Cesar. O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.25, n.2, p.515-539, abr./jun. 2018.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. **Bandidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

SOUZA, José Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará. Doença, pobreza e violência (1877-1932). **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 178-219, jan./ abr. 2015.

Fontes

BARRAS. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1072, p. 4, 11 maio. 1889.

CLÍNICA do dr. Meton. **Cearense**, Fortaleza, ano 42, n. 73, p. 2, 3 abr. 1888.

CORRIGENDA. **A Imprensa**, Teresina, ano 25, n. 1093, p. 2, 19 out. 1889. Suplemento. DECRETO nº 8526 – de 13 de maio de 1882. **A Imprensa**, Teresina, ano 17, p. 1, 17 jun. 1882.

ESTADO penoso. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1071, p. 4, 4 maio. 1889.

FORMAL contestação. **A Imprensa**, Teresina, ano 25, n. 1092, p. 2, 4 out. 1889.

JEROMENHA, 8 de janeiro de 1889. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1056, p. 3, 19 jan. 1889.

MANGA, 20 de maio de 1889. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1079, p. 3, 2 jul. 1889.

OEIRAS. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1058, p. 4, 1 fev. 1889.

OEIRAS: A secca no sul da província. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1053, p. 3, 29 dez. 1888.

OFFICIOS. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1083, p. 1, 27 jul. 1889.

OFFICIOS. **A Imprensa**. Teresina, ano 25, n. 1090, p. 1, 16 set. 1889.

OS efeitos da secca. **A Phalange**, Teresina, ano 1, n. 1, p. 3, 12 jan. 1889.

PARNAHYBA. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1073, p. 4, 18 maio. 1889.

PICOS. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1056, p. 4, 19 jan. 1889.

PICOS. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1057, p. 4, 26 jan. 1889.

PODER absurdo. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1072, p. 2-3, 11 maio. 1889.

PORTARIAS. **A Imprensa**, Teresina, ano 25, n. 1093, p. 1, 19 out. 1889. Suplemento.

PORTARIAS. **A Imprensa**, Teresina, ano 25, n. 1094, p. 1, 31 out. 1889.

RES, non verba. **A Imprensa**, Teresina, ano 25, n. 1086, p. 2, 17 ago. 1889.

SANTA casa de misericórdia. **A Imprensa**, Teresina, ano 25, n. 1086, p. 4, 17 ago. 1889.

SECCA. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1051, p. 4, 15 dez. 1888.

SECCA. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1075, p. 4, 1 jun. 1889.

SOCORROS ao Natal. **A Imprensa**, Teresina, ano 25, n. 1087, p. 2, 24 ago. 1889.

SOCORROS publicos. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1069, p. 4, 23 abr. 1889.

TROCOS e trocas. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1069, p. 1, 23 abr. 1889.

UMA bella festa. **A Imprensa**, Teresina, ano 25, n. 1089, p. 2, 10 set. 1889.

VALENÇA. **A Imprensa**, Teresina, ano 24, n. 1054, p. 4, 5 jan. 1889.

Recebido em 24 de setembro de 2019
Aprovado em 02 de dezembro de 2019